

A ORGANIZAÇÃO DE UM ESPAÇO INTER-ÉTNICO: O NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

THE ORGANIZATION OF AN INTERETHNIC SPACE: NORTHWEST OF THE RIO GRANDE DO SUL

Jussara Mantelli

Professora Doutora em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da
Universidade Federal do Rio Grande – FURG
jussaramantelli@furg.br

Ivo dos Santos Canabarro

Professor Doutor em História do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional
do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI
icanabarro@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo visa entender que o processo de ocupação pelos imigrantes europeus e descendentes pode ser considerado como elemento definidor da organização do território composto pela porção noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. O segmento produtivo passa constantemente por (re) arranjos de seus elementos sociais, técnico-estruturais e de produção, considerando-se relevante para a análise da organização do espaço regional, as condições físico-territoriais e o processo de ocupação estadual, relacionado às atividades agropecuárias presentes.

Palavras-chave: Território, Cultura, Região.

Abstract

This article aims at showing that the process of colonization of the northwest region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil, by European immigrants and their descendents can be considered a defining element of the way the region is currently organized. The production segments are constantly undergoing (re)arrangements in their social, technical-structural and productive elements. Two factors are relevant to the analysis of the organization of the region: the physical-territorial conditions and the process of occupation of the whole state regarding agricultural and cattle-raising activities.

Keywords: Territory, Culture, Region.

Introdução

No presente século, os estudos de organização territorial têm dado mais ênfase aos problemas urbanos e agrários agravados nas últimas décadas, cuja problemática integra-se, progressivamente, ao contexto geral da sociedade brasileira. As questões culturais aparecem como decisivas nos processos de transformações do espaço, pois é uma mediação nas relações sociais estabelecidas entre os diversos grupos que compõem o espaço regional.

É antiga a preocupação dos estudiosos e pesquisadores da área de Ciências Sociais (Geografia, História, Sociologia, Antropologia e outras) em estudar o espaço, dando ênfase às questões relativas à produção agropecuária e industrial relacionada à produtividade, ao ordenamento territorial, aos problemas relacionados à demarcação de territórios. É importante analisar como os fenômenos relacionam-se sobre o espaço e as suas implicações em um contexto geral. Significa, igualmente, considerar que o conhecimento e a sociedade são profundamente dinâmicos e evoluem sob a influência das transformações econômicas, sociais e culturais com repercussões positivas ou negativas na vida das pessoas.

As preocupações com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com o meio ambiente se ampliam, acompanhando as transformações sociais, políticas e econômicas a que o Brasil vem se submetendo, refletindo-se na construção de uma nova mentalidade socioambiental.

Neste contexto, é importante tomar conhecimento do processo que está na base destas transformações e dos resultados por elas provocados, que afetam significativamente a sociedade como um todo, na zona rural, como ponto de partida para um processo de geração de problemas refletidos na zona urbana, sob a forma de desemprego, exclusão social, ampliação de favelas e, em última instância, engajamento em movimentos sociais representados por “sem-teto e sem-terra”, entre outros que lutam pelo uso e posse de espaços urbanos e rurais.

As questões relacionadas aos conflitos pela ocupação e posse de espaços, registrando as marcas da violência presentes no campo brasileiro e nas grandes cidades, polarizam a atenção da sociedade, via meios de comunicação. Mas também não estão à

margem das discussões e dos estudos, as classes sociais como os pequenos agricultores proprietários rurais, que sobrevivem da produção agrícola e tentam permanecer no campo, na condição de donos da terra.

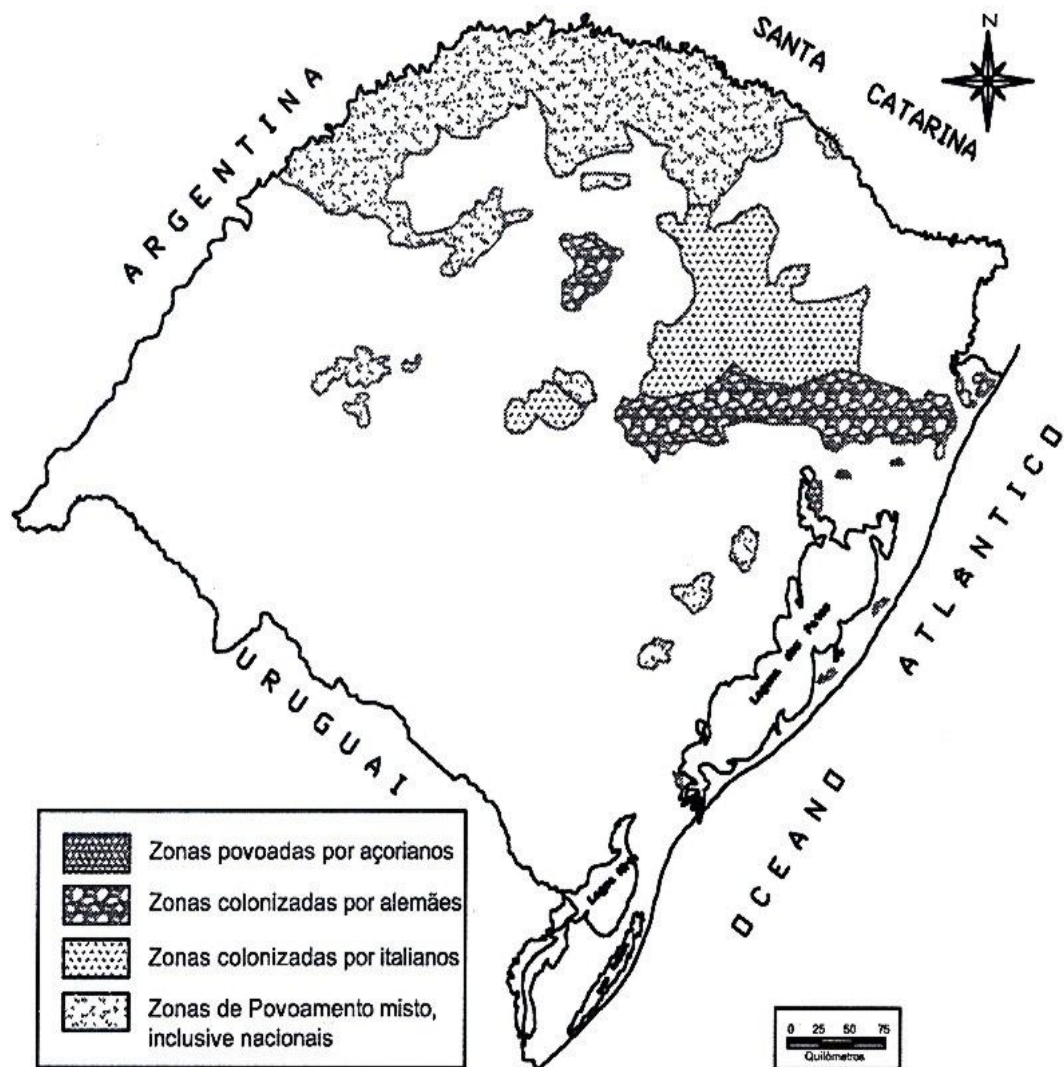
Para este estudo considera-se o espaço que compreende o Noroeste do Rio Grande do Sul, formado por uma classe específica de trabalhadores rurais que, apesar de apresentarem uma diversidade étnica e peculiaridades no desempenho das atividades e na forma como conduzem suas vidas, possuem um ponto de convergência em comum quando se trata da produção agrícola e da atitude em permanecer no espaço agrário.

Um contexto inter-étnico

A Região Noroeste do Rio Grande do Sul foi ocupada e colonizada a partir do final do século XIX. Com a intensificação do processo de colonização neste Estado, os novos imigrantes que chegavam e os filhos dos imigrantes que vieram ainda no início do século XIX, precisavam de novos espaços, principalmente para o desenvolvimento das atividades agrícolas. As primeiras áreas de colonização foram ocupadas pelos alemães (a partir de 1822), na região de São Leopoldo e mais tarde, pelos italianos (a partir de 1875) na Região de Serra, na porção leste do estado. Tais áreas já estavam praticamente ocupadas no final do século XIX.

A ocupação efetiva da Região Noroeste, a partir da década de 1890, representou uma nova fase no processo de colonização. Nessa etapa foi estruturado um tipo de propriedade rural com tamanho aproximado de 25 hectares, dimensão predominante nas colônias oficiais. Este tamanho de propriedade incentivou a ocupação densa do espaço por um número maior de imigrantes. Foram denominadas “*colônias novas ou mistas*”, recebendo imigrantes diretamente da Europa, e também provindos dos descendentes de imigrantes das primeiras áreas de colonização, como pode ser observado na figura 01.

Figura 01 - Áreas de colonização por imigrantes e descendentes



FONTE: THOMAS, C. Conquista e Povoamento do RS. (Adaptação: Jussara Manteli)

A utilização das novas áreas ocupadas com o processo de colonização era praticamente destinada à agricultura, mesmo que mais tarde algumas cidades desenvolveram atividades industriais. Geralmente, os autores que trabalham com a

imigração, utilizam o conceito *colono* como sinônimo de trabalhador na agricultura. Neste sentido, observa Jean Roche (1969, p.3)ⁱ, que também no século XX, os legisladores brasileiros manifestavam a intenção de estabelecer os estrangeiros em algum ponto do território para exercer uma profissão, principalmente agrícola.

Os atores sociais investigados são descendentes de imigrantes oriundos de diversas regiões européias, que vieram para a América em busca de melhores condições de vida. São todos protagonistas de um processo que envolveu desde a derrubada das matas até a construção social efetiva do espaço que ocuparam. O espaço das novas áreas de imigração foi e ainda é caracterizado como colônia mista. Estas novas colônias mistas, criadas principalmente no Sul do Brasil, após a República, foram colonizadas por diversos grupos étnicos, na tentativa de evitar a formação de novos “*quistos étnicos*”, as colônias homogêneas, entretanto, foram as primeiras colônias criadas no Sul, ocupadas por apenas um tipo étnico.

Salienta-se que na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, a história da ocupação e a sua evolução ao longo do tempo, propiciaram uma mescla de etnias, mas permanecem ainda localidades caracterizadas predominantemente por italianos, alemães e outros, com hábitos e costumes trazidos de seus antepassados.

Os atores sociais classificados pelo grupo étnico

A noção de etnia é atualmente objeto de vários estudos que procuram definir levando em consideração as próprias diferenças presentes dentro dos grupos, ou seja, não existe uma identidade única e definidora que daria conta da variedade percebida nos grupos. Em se tratando de um contexto interétnico, esta questão aparece de forma bem problemática, primeiro porque todos os imigrantes independentes do grupo étnico, já tinham uma identidade coletiva, qual seja a de *colono*, sendo esta formulada para diferenciá-los dos brasileiros. A segunda questão dizia respeito, além desta identidade coletiva, a tentativa de construção de uma identidade étnicaⁱⁱ. No contexto trabalhado, o Noroeste do Rio Grande do Sul, essa questão é problemática, pois a grande parte dos

teóricos que discutem a noção de etnia, a definem tomando a língua como um dos elementos mais importantes.

Esta noção de etnia geralmente toma a língua como um dos elementos definidores culturais do grupo neste sentido apontamos a definição de Bobbio (2000) como um perspectiva que contempla esta diversidade. Neste sentido o autor aponta etnia como “um grupo social cuja a identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios”. É importante ressaltar que no caso específico de estudo a questão cultural é a que mais se sobressai, pois esses imigrantes que vieram para esta região traziam consigo esses elementos culturais que os identificavam na Europa, e que os reproduziam aqui como forma de criar identidadesⁱⁱⁱ.

No caso analisado, encontram-se muitos imigrantes que falam o idioma alemão, mas provém de diferentes regiões da Europa dominadas pela Alemanha, que têm em comum a língua, porém com traços culturais diferentes.

Nas observações de Giralda Seyferth (1994)^{iv}, os alemães procuraram, já a partir do final do século XIX, construir uma identidade étnica; esses imigrantes foram considerados pioneiros no Sul do Brasil, no início da colonização, se concentrado em *colônias homogêneas*, isto é, geralmente ocupadas por apenas um grupo étnico, em que procuravam definir a sua atuação na formação de uma cultura teuto-brasileira. A mesma autora afirma que o isolamento de algumas colônias contribuiu para a definição da etnicidade. Neste sentido, observa que seria mais coloquial a noção de comunidade étnica, sendo denominada objetivamente pelo uso cotidiano da língua alemã, pela preservação dos usos e dos costumes (hábitos alimentares, organização do espaço doméstico, formas de sociabilidade, comportamento religioso, e outros).

No caso específico de estudo, esta definição ainda é problemática, pois muitos imigrantes falavam a mesma língua, mas continuavam com as diferenças nos seus usos e costumes.

As novas colônias poderiam ser consideradas como um verdadeiro caleidoscópio, onde se falavam muitas línguas e se praticava a diversidade cultural. Formaram um novo mundo em meio à mata virgem, transformada lentamente com a construção social do novo espaço, realizado por alemães, italianos, poloneses, letos, austríacos, luso-brasileiros, russos e outros, em menor quantidade. Reforçando essa

posição da diversidade dos grupos étnicos, Antoni Cuber^v explicitou observando que em uma colônia específica:

Nossa comunidade recebeu prazerosamente representantes de pelo menos 19 nacionalidades, pois, é este o número de idiomas que se ouve por aqui. Até parece a Babel do novo mundo. Segundo as características oficiais, aqui se encontram as seguintes famílias: 500 polonesas, 30 lituanas, 20 ruteanas, 10 tchecas, 200 alemãs, 100 austríacas, 100 italianas, 50 suecas e várias finlandesas. Além destas famílias, moram portugueses, brasileiros e seus descendentes, espanhóis, franceses, árabes, gregos, mulatos e bugres (CUBER,1975 p. 30).

Na descrição de Cuber (1999), considerado um etnólogo por realizar observações a partir de vivência *in loco* do processo de ocupação e colonização regional, pode-se constatar que a designação de “*Nova Babel*” seria adequada à realidade presenciada, pois não era comum a presença de inúmeros grupos em um mesmo espaço. A seguir, são apresentadas algumas considerações sobre os grupos étnicos de maior expressão (numérica), que são os principais responsáveis pela estruturação agrária presente nesta região.

Os imigrantes alemães

Os imigrantes falantes da língua alemã constituíam a maioria e pertenciam ao mesmo grupo lingüístico, mesmo muitos provindos de diferentes regiões europeias com influência da Alemanha (teuto-russos, teuto-austríacos, teuto-poloneses, teuto-húngaros e outros). Neste sentido, comenta Martin Fischer (1987)^{vi} que o número de imigrantes alemães oriundos da Alemanha foi relativamente pequeno, pois falar o mesmo dialeto não significa ter as mesmas práticas culturais, visto que, habitavam lugares com diferentes formas de produção e organização social. Mesmo esses imigrantes não sendo provenientes de uma mesma região da Alemanha^{vii}, a nova área de ocupação também foi marcada por um perfil alemão, constatação que pode ser feita a partir das diversas práticas sociais desenvolvidas por esse grupo étnico em algumas associações por eles

criadas. Por outro lado, falar em alemão foi uma possibilidade de maior inserção dos imigrantes no referido contexto interétnico.

Nas observações de Jean Roche (1969)^{viii}, há um destaque para a antiga colônia de Ijuí, localizada na Região Noroeste, que ficou conhecida como uma dessas ilhas “teuto-brasileiras”. O autor utiliza a designação *teuto*, mas procura ressaltar que a origem é diversificada. Considera que Ijuí foi um dos melhores exemplos de colônia oficial que deu certo, pela prosperidade conquistada em curto prazo.

A participação dos alemães na construção do novo espaço aconteceu por meio de diversas atividades produtivas. Na agricultura, a participação foi significativa, pois muitos imigrantes plantavam e criavam animais, modalidades típicas da pequena propriedade colonial. Em outros setores produtivos, a influência também foi decisiva, visto que muitos alemães possuíam uma formação profissional especializada, tais como: médico, professor, jornalista, pastor, comerciante, fotógrafo, farmacêutico, dentre outros, que ao entrarem no Brasil declaravam-se agricultores. Esses profissionais mais qualificados, embora alguns exerceram atividades agrícolas, contribuíram com seus conhecimentos específicos para o desenvolvimento social do novo espaço em atividades consideradas nobres em detrimento das demais profissões (medicina, farmácia, imprensa e outras).

Os imigrantes italianos

Os imigrantes italianos começaram a chegar a partir de 1887 e desde o início, dedicaram-se principalmente às atividades agrícolas. Grande parte provinha das antigas áreas de imigração do Rio Grande do Sul, num processo interno de reimigração, oriundos de Caxias do Sul e de Silveira Martins, essa antiga colônia que, no século XIX funcionou como sede de uma Comissão de Colonização.

Martin Fischer^{ix} considera os italianos como elementos de grande valor na construção social da nova colônia: foram colonos laboriosos, a maioria já conhecia o trabalho agrícola e eram muito econômicos. Ocuparam, também, o espaço urbano para dedicar-se às atividades comerciais e à construção civil. O autor também destaca a

facilidade de compreensão da língua portuguesa, visto que a língua italiana tem alguma semelhança com esta, facilitando a comunicação entre os italianos e os administradores da colônia. Os italianos praticavam a religião católica, enquanto que entre os alemães predominava a religião luterana.

Ressalta-se que mais grupos como os imigrantes poloneses, os imigrantes austríacos, os imigrantes russos, os imigrantes luso-brasileiros, entre outros, tiveram uma importância significativa na construção do espaço regional, mas a evolução das atividades ligadas à agricultura e pecuária nesta região específica está estreitamente ligada às etnias alemã e italiana.

Um espaço em transformação

A perspectiva de convivência em um espaço interétnico, marcou profundamente a experiência de ocupação e colonização da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Neste período de instalação da atividade agrícola houve um “enfrentamento” com a paisagem natural, pois o desenvolvimento das atividades agrárias relacionadas ao exíguo tamanho das propriedades, com famílias numerosas, resultava em uma incompatibilidade com a preservação do meio ambiente. Era necessário fazer a retirada da mata, para em seu lugar implantar a “roça”, composta por uma produção diversificada voltada basicamente para o abastecimento alimentar das famílias com um excedente destinado ao mercado regional.

Com base na análise dos dados censitários até 1996, o espaço agrário se caracteriza por uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade (mais de 85% dos proprietários rurais, possuem menos de 20 hectares), mas mesmo assim, apresenta algumas distorções, com um pequeno número de grandes propriedades, constituindo-se assim um processo de concentração da terra, o que torna a região com as mesmas características nacionais no que tange a distribuição da terra.

Salienta-se que, independente do tamanho das propriedades, o produto de maior expressão na região, é a soja. Resultado de um modelo implantado para o setor agrário expressivamente na década de setenta, esta cultura se estende até os dias atuais, embora

já apareçam sinais de declínio, devido à importância que vem adquirindo a produção de alimentos e a relativa desvalorização da monocultura para os pequenos produtores, visto que esta cultura se define pela produção em grandes extensões de terra.

De modo geral, a maneira como a produção agrícola das últimas décadas vem se desenvolvendo em termos nacionais, tem alcançado o sucesso econômico, mas aliado à depredação ambiental e exclusão social dos pequenos trabalhadores rurais que não possuem condições de se reproduzir no campo.

O avanço da agricultura “moderna” trouxe declínio para os pequenos agricultores da Região Noroeste, diminuindo a oferta de trabalho no meio rural obrigando os mesmos, muitas vezes, a migrarem para outros espaços urbanos e rurais. Não há dúvidas que a modernização da agricultura trouxe vantagens para os médios e grandes produtores rurais, à medida que puderam contar com máquinas e insumos químicos para o aumento da produtividade e correção do solo, mas, muitas vezes, o emprego desses, acabou por contaminar o solo e os mananciais prejudicando os ecossistemas e, em uma fase mais atual, acarretando uma diminuição da produtividade, devido ao esgotamento do solo.

Nas análises econômicas e na maioria dos estudos sociológicos realizados nas últimas décadas, tornou-se argumento quase inquestionável a constatação do sucesso produtivo, resultante do desenvolvimento tecnológico introduzido no meio rural, mas também dos efeitos sociais desta modernização, refletidos em alguns problemas como liberação de mão-de-obra, tanto para as cidades, como para outras áreas agrícolas.

As mudanças geradas no setor agrário não ocorreram de forma homogênea e tampouco seguiram um padrão constante no espaço, sendo que em algumas áreas não foram considerados o tamanho adequado das propriedades, a aptidão agrícola dos solos para os cultivos, o relevo, as características sócio-econômicas dos produtores e outros aspectos.

Para definir os problemas e o potencial de desenvolvimento regional, deve-se partir de uma análise das condições naturais e de suas características sócio-econômicas. O meio físico define as características básicas do quadro natural sobre o qual o homem atua, criando condições de potencialidades e/ou fragilidades. Já, as condições sócio-

econômicas propiciam a evolução das atividades desempenhadas pelo homem, que podem ou não promover o desenvolvimento em determinados espaços.

A problemática do setor agrário regional está relacionada ao uso e ocupação do solo, caracterizado por um processo inicial de minifundização, promovido pela distribuição formal de terras para a colonização, pela necessidade de ocupar a mão-de-obra disponível e necessária no meio rural e pela superexploração do solo, com a finalidade de retirar dele o sustento para as famílias. O resultado desta situação refletiu-se de forma mais significativa no empobrecimento do solo e do homem do campo, desencadeando êxodo rural e o delineamento de um aspecto presente na região, que é a concentração da terra.

Na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, a agricultura desenvolve-se de forma dinâmica e as conseqüências apresentam-se visíveis. Os estudos concretizados nesta porção do território tornaram possíveis algumas considerações sobre a evolução e as transformações mais significativas ocorrentes na organização do espaço agrário regional, destacando-se as mudanças relacionadas à composição das culturas e ao processo de concentração de terras.

Estes aspectos, considerados relevantes para o entendimento do quadro atual apresentado pela Região Noroeste do Rio Grande do Sul, foram comprovados pela queda significativa da área destinada aos produtos de caráter tradicionalmente alimentar, e pelo aumento de área e especialização na cultura de produtos comerciais, principalmente a soja.

Não se caracteriza na região uma divisão do trabalho, no sentido de os pequenos proprietários produzirem para a subsistência e para o abastecimento do mercado interno, e os maiores proprietários rurais para o mercado nacional e internacional, pois a maioria dos trabalhadores, independentemente da quantidade de terra disponível, apresentam um caráter de inserção em um contexto mais amplo, ou seja, mesmo os produtores que possuem menos de 20 hectares de área (aproximadamente 90%) desenvolvem, como principal cultura, a soja, para a venda em caráter comercial. Pode-se dizer que a expansão do agro negócio no Brasil, não se dá somente em áreas de florestas, mas também em áreas tipicamente produtoras de alimentos.

O que resulta desta situação é uma diferenciação de condições entre os produtores rurais, pois os processos de formação das oportunidades sociais no campo são movidos pelo avanço do capital. Este tem se manifestado principalmente nas propriedades maiores, pela incorporação de processos modernizantes na agricultura, ao mesmo tempo em que se mantêm certas áreas com características da estrutura antiga, embora desenvolvendo a mesma produção.

No que se refere à estrutura fundiária, a constatação mais significativa é dada pela redução no número e na área dos estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares e por um aumento no número e, principalmente, na área dos estabelecimentos com mais de 50 hectares, ocorrendo uma anexação das pequenas propriedades pelas médias e grandes, através da compra, restando ao pequeno produtor a migração, tanto para áreas urbanas da própria região, para centros maiores ou, ainda, para áreas rurais localizadas no centro-oeste e norte do país.

Neste contexto, salienta-se também como um problema presente, reflexo de um desempenho negativo da agricultura, o empobrecimento das cidades da região. Isto se traduz principalmente no desemprego crescente nos núcleos urbanos. Esta situação se generaliza no Noroeste do Rio Grande do Sul, com destaque às cidades de menor porte. Com base nestas considerações, define-se a importância do setor agrário de modo geral, mas de um modo particular para as áreas que evoluíram a partir de uma agricultura colonial, que são a base da economia e da própria sobrevivência dos habitantes não só do campo, mas sobretudo das cidades que lhe são próximas.

Perspectivas ou alternativas

O resultado da forma de ocupação da terra e do desenvolvimento das atividades ligadas a ela, resultou em um quadro preocupante, em termos sócio-econômicos. Os agricultores, independente do tamanho de sua propriedade, acabaram se inserindo no modelo monocultor, sendo que a soja desponta como o principal produto presente na região. Entretanto, é notório que este cultivo não apresenta rendimentos satisfatórios em pequenas áreas, dado o elevado custo de produção e da infra-estrutura necessária para o

seu desenvolvimento, que muitas vezes os pequenos produtores não possuem disponível. Este fato tem gerado um empobrecimento dos pequenos trabalhadores rurais, fazendo-os, muitas vezes, abandonar a terra e se dirigirem para as cidades que, na região, também não apresentam condições de recebê-los. Estes, por sua vez, acabam se engajando em movimentos de trabalhadores rurais sem terra, o que de certa forma representa um retorno às atividades agrícolas.

É no bojo desta crise, surgem alternativas e novas perspectivas para os descendentes dos imigrantes que se reproduzem na área rural e que, de certa forma, se desafiam a permanecer no campo. Também atendendo uma demanda global, parte dos produtores rurais está se direcionando para a produção alimentar. Além disso, a exigência por alimentos de qualidade, de certa forma, força uma integração maior com a preservação da natureza, com o uso menos intenso de agrotóxicos, valorizando sua produção. Esta situação é percebida principalmente nos assentamentos de reforma agrária, cuja formação social se dá pelos descendentes do processo migratório que tendem a seguir uma nova trajetória.

Considerações finais

Através da investigação das mudanças na organização do espaço, a partir do processo de colonização, foi possível verificar os períodos de maior impacto social (e ambiental) no espaço agrário da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Estes períodos podem ser citados como o processo de implantação da atividade agrícola pelos colonos migrantes e a introdução da modernização da agricultura, inserindo no setor, uma tecnologia de máquinas e insumos químicos que contribuíram para a degradação ambiental e para a diferenciação das oportunidades entre os trabalhadores. Praticamente não existia consciência de preservação dos recursos naturais, o que levou à derrubada desordenada de matas, que começou com a colonização da região e se estende até os dias atuais.

Nesse sentido, a Região Noroeste diferencia-se das demais, pois os produtos comerciais de maior significado em termos de área plantada, na atualidade (soja e

milho, respectivamente), evoluíram da agricultura colonial. Os produtos, com finalidade primeira de suprir o abastecimento alimentar, tanto humano, como animal, transformaram-se em produtos de caráter comercial, responsáveis (principalmente com a cultura da soja), por reorganizar as características do meio rural na região, fortalecendo um grupo de produtores, que investiram ao longo do tempo nesta produção, e empobrecendo cada vez mais o outro grupo que, apesar da pouca quantidade de terra disponível, destina a maior parte para a produção de soja, com rendimentos relativamente inferiores.

O processo seletivo espontâneo faz com que parte destes agricultores abandone (ou vendam por baixos preços) as terras e se realocam em assentamentos de reforma agrária onde recomeçam uma nova atividade produtiva. A tendência nestes assentamentos tem sido uma organização de trabalho de forma cooperativa, em bases agroecológicas. A nova organização produtiva que abandona a condição de trabalhador individual faz gradativamente desaparecer a diversidade étnica, em função do objetivo comum que é a reconquista da terra.

ⁱ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, v.I, p. 3-6.

ⁱⁱ Relações entre identidade e etnia podem ser vistas na obra de: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

ⁱⁱⁱ Podemos citar num contexto local a obra de Regina Weber que analisa esses problema da etnicidade nas relações de trabalho implantadas a partir da chegada dos imigrantes.

^{iv} SEYFERTH, Giralda. *A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica*. In: MAUCH, Claudia e VASCONCELOS, Naira (org). **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas (RS): ULBRA, 1994.

^v CUBER, Antoni. **Nas margens do Uruguai**. Ijuí: FIDENE, 1975. A primeira edição desta obra foi feita no **Kalendarz Polski**, na cidade de Porto Alegre em 1898.

^{vi} FISCHER, Martin. **Etnias diferenciadas na formação de Ijuí**. Museu Antropológico Diretor Pestana: Ijuí, 1987. Esta obra de Martin Fischer é considerada fundamental para o entendimento do processo de imigração em Ijuí, embora alguns comentários do autor atestam seu preconceito em relação aos “caboclos”. Outra questão a mencionar é que o referido autor não cita as fontes de pesquisa.

^{vii} Sobre a questão da unidade política da Alemanha, pode-se consultar a obra de SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

^{viii} ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. A obra de Jean Roche é uma importante referência para os estudos sobre a imigração alemã no RS e constitui-se em uma obra que analisa diferentes situações de vivência desses imigrantes.

^{ix} FISCHER, Martin. **Etnias diferenciadas na formação de Ijuí**. Ijuí: MADP, 1987.

Referências

ALVIN, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo”. In: NOVAIS, Fernando (org). **História da vida privada no Brasil**. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BERNARDES, N. **Bases Geográficas do Povoamento do RS**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília. Ed. UNB, 2000, vol.2 , p.797.

CANABARRO, I. S. **A construção da Cultura Fotográfica no Sul do Brasil: imagens de uma sociedade de imigração**. 2004. Niterói, RJ: Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

CUBER, Antoni. 1975. **Nas margens do Uruguai**. Ijuí: FIDENE. CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999

DENIS, P. "A Colonização do Rio Grande do Sul". **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, 1951, Nº 99: 235-242.

FISCHER, Martin. **Etnias diferenciadas na formação de Ijuí**. Museu Antropológico Diretor Pestana- Ijuí, 1987.

KITAMURA, P. C. **Agricultura e Desenvolvimento Sustentável: uma agenda para discussão**. In.: *Ciência & Ambiente*. Ano IV, nº 6, 1993. p.37-49.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LINCK, Frederico. Verbete: “**Imigração Letoniana**”. In: **Enciclopédia Riograndense**. V.5. Canoas, RS: Editora Regional, 1958.

LUTZENBERGER, J. A Crítica Política da Tecnologia. In.: **Ciência & Ambiente**. Ano IV nº 6 Jan/Jun, 1993. p. 21-35.

MANTELLI, J. “Caracterização do espaço agrário na área de colonização do Rio Grande do Sul e suas repercussões socioambientais”. 2006. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006

MANTELLI, J. “O processo de ocupação do Noroeste do Rio Grande do Sul e a evolução agrária”. 2006. **Revista Geografia**, Rio Claro/SP, volume 31. Nº 2, maio a agosto, 2006

MANTELLI, J. “O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul”. **Revista GEOSUL**, Florianópolis - UFSC/. v.21, n. 41, jan./jun, 2006.

MANTELLI, J. e SCHIAVO, D. “*Caracterização Ambiental do Espaço Agrário na Região Noroeste do Rio Grande do Sul*” 2007”. **Revista Caminhos da Geografia**, UFU/ Uberlândia/MG. Volume 7, série 20, 2007.

GARCIA, R.C. **Os impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969

WEBER, Regina. **Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Ijuí: UNIJUI, 2002.

ZARTH, P. A. **História Agrária do Planalto Gaúcho**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1997